

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

1 Não obstante a organização do sistema de atendimento socioeducativo ainda se constitua em experiência nova para muitos municípios, há muitas indicações presentes na Constituição Federal, no ECA e no SINASE que podem facilitar a organização do Sistema Socioeducativo em torno das competências de cada ente federativo em matéria de infância, cabendo à União a coordenação e a edição de normas gerais para todo o território nacional.

Ao papel de cada ente federativo, agregam-se as atribuições dos órgãos de controle social. Em nível federal cabe ao CONANDA formular políticas, e nos níveis estaduais e municipais respectivamente aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Todos os Governos têm grandes responsabilidades na organização e funcionamento do sistema socioeducativo. Por isso a integração entre os mesmos é fundamental para o alcance da proteção integral dos adolescentes que cometeram ato infracional. Ao Município, além de criar e manter os programas de atendimento para a execução das medidas em meio aberto, cabe principalmente o desafio de promover a integração das políticas setoriais no atendimento socioeducativo.

O rol de competências sugere, além das responsabilidades, a necessidade de criação de arranjos institucionais para dar conta da política de atendimento como, por exemplo, sistemas de monitoramento e avaliação e medidas de fortalecimento dos organismos de controle social e de fiscalização no campo da proteção dos direitos (os Conselhos dos Direitos e os Conselhos Tutelares).

Se aos municípios cabe a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aos estados federados cabe a execução das medidas socioeducativas em meio fechado – a semiliberdade e a internação, bem como a coordenação e o estabelecimento de normas gerais e a assistência técnica e financeira para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

O regime ideal a se estabelecer entre os entes federativos é de colaboração, gerando sinergia entre as ações na concepção e execução das políticas de atendimento socioeducativo. Cabe aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's) a deliberação sobre as políticas, à União o estabelecimento de normas gerais, porém não de forma exclusiva, havendo competência suplementar dos Estados em tal seara.

Com a municipalização, os serviços devem ser organizados no território municipal de forma interligada e integrada, sem eliminar dos Estados e em determinadas áreas também da União, a tarefa de coordenação geral. As medidas em meio aberto, de responsabilidade dos municípios, devem contar com serviços da rede estadual e apoio técnico-financeiro da União quando necessário. Do mesmo modo, os programas

socioeducativos executados em meio fechado, competência dos Estados, podem utilizar equipamentos e programas municipais, cabendo à União a tarefa de Supervisão.

Segue abaixo quadro demonstrativo ideal das atribuições dos órgãos e esferas do Poder Público com referência às medidas socioeducativas:

2

Medidas Socioeducativas	União	Estados	Municípios
Advertência Obrigação de Reparar o Dano	Legisla e normatiza (destaque às Resoluções do CONANDA)	Legisla supletivamente, normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais) e executa por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais)
Prestação de Serviços à Comunidade		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa subsidiariamente ao Município; e Fiscaliza por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) Financia e Executa, podendo haver participação das ONG's
Liberdade Assistida	Legisla, Normatiza (destaque às Resoluções do CONANDA) e Financia	Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa subsidiariamente ao Município; e Fiscaliza por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) Financia e Executa, podendo haver participação das ONG's
Semiliberdade		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa e Fiscaliza através do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) e Executa em cogestão com o Estado
Internação		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa e Fiscaliza através do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) e Executa em cogestão com o Estado

Fonte: ILANUD.